http://doi.org/10.14393/REPRIM-v8n16a2023-70149

Origem e persistência dos grupos intencionais

*Adriana Oliveira Alves**

Resumo: Neste artigo, discuto a origem e persistência dos grupos intencionais ao longo do tempo, defendendo que os grupos intencionais são uma consciência coletiva que possui como critério de identidade uma crença na razão de sua existência, e que persistem no tempo à medida que essa crença se faz contínua. Para isso, em ontologia social, discuto a estrutura de grupos e aplico a teoria dos estágios para tratar da persistência no contexto coletivo. Já em intencionalidade coletiva, defendo que os grupos possuem seus próprios estados mentais e aplico a teoria da continuidade psicológica para tratar da identidade de grupos. Argumento que o critério de identidade do grupo enquanto uma crença está intrinsecamente relacionada à sua origem e é o elemento que deve permanecer fixo, mesmo que o grupo sofra outras mudanças. O meu propósito é expandir as discussões filosóficas e aprimorar a nossa compreensão acerca de grupos intencionais.

Palavras-chave: Grupo Intencional; Persistência; Identidade; Ontologia Social; Intencionalidade Coletiva.

Origin and persistence of intentional groups

Abstract: In this article, I discuss the origin and persistence of intentional groups over time, arguing that intentional groups are a collective consciousness that has as an identity criterion a belief in the reason for their existence, and that they persist over time as this belief becomes continuous. To do this, in social ontology, I discuss the structure of groups and apply the stage theory to address persistence in the collective context. In collective intentionality, I argue that groups have their own mental states and apply the theory of psychological continuity to deal with

* Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: oliveiraadr0299@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3547865584332704. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-5754-7291.

group identity. I argue that the group's identity criterion as a belief is intrinsically related to its origin and is the element that must remain fixed, even if the group undergoes other changes. My purpose is to expand philosophical discussions and improve our understanding of intentional groups.

Keywords: Intentional Group; Persistence; Identity; Social Ontology; Collective Intentionality.

Introdução

Neste artigo tratarei sobre a origem e persistência de grupos sociais intencionais[1] de pessoas ao longo do tempo, considerando as discussões que recentemente vêm se expandindo em Intencionalidade Coletiva e Ontologia Social acerca da natureza e estados mentais de grupos. Primeiro, partirei da proposta de Katherine Ritchie (2013) sobre os grupos enquanto a realização de uma estrutura, fazendo uma objeção à sua teoria e integrando-a em seguida à proposta de August Faller (2021), a qual trata sobre a persistência dos grupos ao longo do tempo através de contrapartes temporais.

Para compreender um fenômeno devemos olhar para a sua origem, por isso é importante pensarmos na origem dos grupos sociais intencionais, para que possamos, assim, visualizar com mais clareza quais propriedades podem derivar-se a partir daí e como podem se comportar; além de considerar como essas propriedades nos permitem identificar critérios para

[1] Segundo Jankovic e Ludwig, "As intenções são um tipo particular de atitude proposicional dirigida a ações. A intencionalidade abrange todas as atitudes proposicionais – acreditar, desejar, temer, esperar, desejar, duvidar e assim por diante – bem como perceber (por exemplo, ver um dólar na areia na praia), imaginar (por exemplo, o rugido de um leão) e emoções dirigidas a objetos ou eventos (por exemplo, estar com raiva de um desrespeito percebido). [...] Inclui centralmente a intencionalidade dos coletivos e os fenômenos intencionais envolvendo grupos de agentes em contextos em que estão atuando ou orientados para a ação como um grupo" (Jankovic; Ludwig, 2017, p. 2, tradução nossa). Para maiores esclarecimentos sobre o conceito de intencionalidade, ver Leclerc (2015) e Crane (1998).

a persistência desses grupos, considerando que eles existem situados no tempo.

Para isso, deve-se considerar, na origem, que esses grupos são formados por indivíduos conscientes[2], e não basta apenas a união ou a simples intenção para o surgimento de um grupo, é preciso que os membros tenham uma crença em comum (por exemplo, os diferentes membros de um grupo de estudos sobre metafísica têm em comum a crença na importância de estudar a metafísica) a partir de suas experiências conscientes para demandarem os esforços de ações necessárias tanto para seu surgimento como, posteriormente, para que façam o grupo intencional persistir no tempo. Defenderei, assim, essa Crença[3] em comum como sendo a base da sustentação de um sentido para a existência do grupo, sendo necessário que os membros acreditem haver um sentido para a atividade que pretendem realizar, tornando a identidade de cada grupo uma função do foco que este possui.

Assim, é necessário, a partir de uma análise, considerar as particularidades sociais e temporais dos indivíduos e suas consciências que projetam-se na existência e na persistência dos próprios grupos, uma vez que o coletivo é formado por uma união de particulares. Por exemplo, os valores morais de um grupo refletem os valores morais de seus membros individualmente, assim como a intenção de um grupo em realizar algo é resultado da intenção individual de seus membros.

Origem dos grupos

Para discutir a criação de grupos e como eles podem persistir no tempo, manterei o foco nos grupos sociais criados por processos

[2] Refiro-me a *indivíduos conscientes* como indivíduos que possuem uma mente e são conscientes das próprias experiências no mundo.

[3] Para facilitar a distinção entre outros tipos de crenças e a crença básica que origina e fundamenta o grupo, ao longo do texto adoto para esta segunda a inicial maiúscula, referindo-me como a Crença.

intencionais. Visto que estes tendem a ter algum objetivo específico e uma forma organizada, isso revela a necessidade de uma extensão temporal: para que os membros possam manter a coerência do grupo em diferentes tempos a fim de alcançar o objetivo enquanto ele seja necessário.

Considerando a distinção que August Faller (2021) faz, os grupos sociais, sendo algo formado por pessoas, podem ser definidos por características comuns aos seus membros (por exemplo, pessoas ruivas), por processos intencionais (como os comitês) ou resultarem de estruturas sociais (como grupos de raça e gênero) (Faller, 2021, p. 2). Os grupos caracterizados pelos processos intencionais serão o objeto de análise do presente artigo, pois outros tipos de grupos exigiriam outras análises mais detalhadas que fugiriam ao escopo do aqui debatido. A instanciação desses grupos intencionais é exemplificada por Ritchie:

> Os membros de uma equipe pretendem formar uma equipe. Um clube é formado quando indivíduos se associam com a intenção de formar um clube. Mesmo grupos criados por decreto envolvem intenção (Ritchie, 2013, p. 4, tradução nossa).

Katherine Ritchie (2013) define os grupos sociais intencionais como sendo uma entidade com uma estrutura, existindo apenas quando tal estrutura é realizada. Assim, ela argumenta que as estruturas são representadas por aquilo que ela chama de nós *(node)*, que são posições a serem ocupados pelos membros do grupo, possuindo, cada um, funções específicas. Esses nós, segundo a autora, se conectam uns aos outros através das arestas (*edges*) que são a relação funcional entre os nós e o mais importante para a realização da estrutura do grupo, pois é o que possibilita o seu funcionamento. Dessa forma, a estrutura de um grupo seria realizada apenas quando essas posições estiverem devidamente ocupadas e conectadas entre si pelas arestas, possibilitando a relação funcional entre os nós e a realização da estrutura. Como exemplo, podemos pensar em uma universidade que possui professores, servidores técnicos e alunos, onde cada um possui uma posição e uma função que se

relacionam entre si, permitindo que a universidade funcione adequadamente.

Concordo parcialmente com Ritchie (2013) quanto à importância da realização da estrutura, mas, como uma consequência ao invés de como condição para a existência de grupos. Pode ser um fator necessário para a persistência no tempo, mas não para a existência em si do grupo. A estrutura é gerada por algo anterior, pois não pode criar a si mesma. Embora a autora considere os membros de um grupo como essenciais para a realização dessa estrutura e, consequentemente, para o grupo existir (Ritchie, 2013, p. 14), teríamos de considerar também o que gera essa estrutura que deve ser realizada. Similarmente, Ritchie (2013) considera as intenções dos membros como necessárias, uma vez que é uma das características que distingue os grupos sociais de outros objetos (Ritchie, 2013, p. 4). Entretanto, é importante enfatizar o aspecto coletivo dessa intenção.

Os grupos intencionais, como um clube ou uma universidade, não são formados de forma independente ou imediatamente material. Mas precisam antes de uma consciência, considerando que se comportam como uma consciência coletiva[4] (isto é, uma consciência de grupo) e são formados por indivíduos possuindo uma consciência. Dessa forma, vários sujeitos com uma consciência individual que possuem um objetivo em

[4] Por *consciência coletiva*, me refiro à realidade de uma consciência de grupo. Isto é, a consciência do grupo não é redutível aos seus membros, embora seja mediada por eles, mas o grupo possui a sua própria consciência e suas próprias intenções, que difere da consciência e intenções individuais de cada membro. Um autor em Intencionalidade Coletiva que defende a realidade da mente de grupos é Helm (2008). Para ele, grupos são agentes plurais legítimos que possuem seus próprios estados mentais (crenças, desejos, emoções) na medida em que exibem um padrão de comportamentos em relação a um objetivo. Para Helm (2008), o que distingue os grupos intencionais de outros sistemas intencionais é a capacidade dos grupos atribuírem importância, exibindo emoções e comportamentos que são próprios do grupo. Para maiores esclarecimentos sobre como atribuição de importância caracteriza um agente, ver Helm (2008; 2000). Para mais teorias que defendem a realidade de estados mentais de grupo, ver List e Pettit (2011).

comum, reunidos, geram uma nova consciência coletiva,[5] formada pela união da consciência individual de seus membros. As funções e estruturas de um grupo, bem como sua forma material, só podem ser definidos uma vez que a consciência coletiva do grupo já exista.

A nível individual, somos uma consciência com a capacidade de formar crenças. Mas, uma vez que o grupo é o desdobramento de um conjunto de consciências individuais, ele já nasce, em um primeiro instante, como a própria Crença: uma Crença básica e essencial que fundamenta o grupo. A consciência coletiva do grupo, dessa forma, poderíamos dizer que é imediatamente posterior ao surgimento da Crença, pois dependerá das particularidades dos membros que o compõem e tomará forma baseando-se na Crença que seus membros possuem na razão de seu fundamento. A Crença origina-se antes em cada indivíduo particular, para então, a partir dessa união que é constituída pela intenção particular de cada sujeito, culminar em uma consciência coletiva.

Embora tanto a Crença como a consciência do grupo dependam dos seus membros em alguma medida (pois são grupos sociais intencionais, formados por pessoas), a Crença possui maior estabilidade que seus membros: ainda que os membros sejam diferentes entre si e possam ter diferentes motivações particulares, a Crença em comum é o elo que faz com que se mantenha um fundamento e possibilita a persistência do grupo, pois é o que motiva a cooperação entre os membros para atingir o objetivo do grupo. A consciência coletiva do grupo, por sua vez, poderá operar de diferentes maneiras, gerando diferentes resultados, e construindo diferentes estruturas. A consciência do grupo poderia ser vista, assim,

[5] Neste trabalho, eu considero uma inter-relação entre intencionalidade e consciência. Porém, na literatura sobre o tema nem sempre esse será o caso. O foco de discussão em ontologia social comumente é na intencionalidade (por exemplo, uma colônia de abelhas enquanto um sistema intencional), podendo ou não abranger uma consciência coletiva. Entretanto, neste trabalho eu me aproximo da caracterização tradicional de Brentano (1874), da intencionalidade enquanto a marca do mental, e aplico essa noção no contexto coletivo. Portanto, assim como individualmente nós possuímos uma mente e estamos conscientes das nossas experiências no mundo, defendo que grupos também possuem uma mente coletiva.

como uma consciência secundária, pois depende da consciência individual de cada um de seus membros unidos. Assim como as crenças posteriores que podem se derivar do grupo, podem ser consideradas como crenças secundárias, mas derivam da Crença básica, a qual é o fundamento do grupo.

Assim, proponho que a formação de uma estrutura da maneira como descreve Ritchie (2013), poderia ser vista como uma consequência, um mecanismo para agir de acordo com a Crença básica e obter resultados, mas não a própria condição da existência do grupo. Segundo a autora, "Uma vez que uma estrutura de grupo é realizada, um grupo, G, existe. A persistência de G requer a continuidade da realização de S." (Ritchie, 2013, p. 14, tradução nossa). Essa definição como a condição para a existência de um grupo, nos leva, porém, a questionar como origina-se a estrutura a ser realizada, pois ela não pode criar a si mesma. Para a estrutura do grupo existir, o grupo precisa existir previamente. Mesmo para que os membros pensem em qual estrutura criar, é preciso que se tenha em mente o *porquê*, a razão, e esta razão é essencialmente a Crença básica. Somente com a razão e objetivo definidos se pode pensar em formas de alcançá-los, o que coloca a estrutura de Ritchie como importante enquanto uma ferramenta, mas como posterior à existência do grupo.

Teríamos ainda de considerar a mutabilidade dessa estrutura, pois embora a autora considere que os grupos podem possuir diferentes membros ocupando os mesmos nós da estrutura em diferentes tempos, ela não considera a possibilidade de diferentes estruturas de um mesmo grupo. Assim, argumento que diferentes relações funcionais podem ser estabelecidas, bem como novos nós também podem ser originados, alterando a estrutura do grupo que ainda permanecerá o mesmo, desde que seu núcleo permaneça fixo, isto é, continue sustentando a mesma Crença. Por exemplo, uma universidade pode passar a oferecer um novo curso ou abrir um novo departamento, o que irá gerar novos nós e uma nova estrutura, mas permanecerá sendo a mesma universidade.

Existência, Crença e fundamento

Para rastrear o fundamento de um grupo, devemos guiarmo-nos inicialmente por uma simples pergunta: *Por quê?* Para compreender *o que é* um grupo, não basta compreendermos *como é* um grupo, mas, antes, *por que é (existe) o grupo?* Se o grupo realiza uma determinada atividade, *por que* essa atividade é realizada? Se seus membros comprometem-se conjuntamente, como bem colocado por Gilbert (2013), *por que* há esse comprometimento conjunto? *Por que* o grupo possui determinadas crenças e valores? *Por que* o grupo existe? E *por que* o grupo surgiu? Esse *porquê* é a Crença básica do grupo.

Apenas encontrando o *porquê*, podemos, então, ocuparmo-nos do *como*. Os autores geralmente parecem ocupar-se diretamente do *como*, esquecendo-se do *porquê*. Uma proposta que se aproximou desse aspecto central foi Raimo Tuomela (2007) com sua definição de ethos:

> [...] conjunto de objetivos constitutivos, valores, crenças, padrões, normas, práticas e/ou tradições que dão ao grupo razões motivadoras para a ação. A noção de ethos pode ser entendida no sentido amplo em que cada grupo pode ser considerado como tendo um ethos, que nos casos mais fracos pode consistir apenas em alguns fins ou crenças básicas compartilhadas que são possivelmente irrefletidas e não claramente articuladas e compreendidas. [...] O ethos forma um subconjunto do horizonte intencional do grupo. O ethos constitui o aspecto do conteúdo da identidade do grupo (e, no caso do multi-ethos, uma identidade parcial de cada subgrupo do grupo). Para dar um exemplo simples, o grupo pode ter como objetivo constitutivo (ethos) tornar sua aldeia rica e bonita (Tuomela, 2007, p. 16, tradução nossa).

Porém, considero o fundamento do grupo ainda anterior a isso, pois é o que define e guia cada crença, padrão, norma, prática ou tradição do grupo. Anterior e mais relevante que o próprio objetivo constitutivo (por exemplo, tornar a aldeia rica e bonita), deve haver alguma razão: *por*

que tornar a aldeia rica e bonita? Os membros que empenham-se em realizar ações para tal objetivo[6] devem acreditar haver alguma necessidade ou importância, para somente assim pensarem as melhores maneiras de se atingir o objetivo (além disso, tornar a aldeia rica e bonita só possuirá algum sentido e valor se houver indivíduos que acreditam nisso a partir de suas experiências conscientes). Se, por exemplo, todos os membros do grupo em algum momento deixarem de acreditar que há razões, benefícios ou utilidade para tornar a aldeia rica e bonita, já não haverá razões para continuar agindo, e o próprio objetivo deixará de existir e, por conseguinte, o grupo.

Para Margaret Gilbert (2013), os grupos se definem a partir de um comprometimento conjunto, caracterizado pela autora da seguinte forma:

> [...] cada uma das partes deve expressar - em condições de conhecimento comum - sua prontidão para se comprometer conjuntamente com as outras de forma pertinente (Gilbert, 2013, p. 139, tradução minha).

Porém, isso só nos diz respeito à forma como o grupo opera quando já existe, e não sobre sua identidade, a qual defenderei que é a Crença básica. Ainda que para Gilbert o grupo possa surgir a partir do comprometimento conjunto, isso não é o suficiente, pois os sujeitos precisam de algo anterior que motive e fundamente um possível comprometimento conjunto, onde cada membro se compromete a cooperar com os outros para promover um objetivo; além da intenção individual de cada membro em formar o grupo, a qual deve ser espontânea. O comprometimento conjunto pode ser necessário apenas para ações de

[6] A caracterização que ofereço aqui da Crença adquire aspectos menos cognitivos, identificando a centralidade das emoções, em especial a noção de *caring together* (Schmid, 2017, p. 159-160) como elemento fundamental de atribuição de significado, necessidade e importância para a existência do grupo.

manutenção do grupo, como a formação de uma estrutura, formação de novas crenças e intenções, mas não para a sua origem e fundamento.

Em um grupo social intencional, há a consciência coletiva. Mas, uma vez que esta já é derivada de consciências individuais, há ainda um elemento anterior, que é o elemento residual em comum de todos os seus membros, que torna-se o fundamento do grupo. Por exemplo, nós individualmente, somos uma consciência, mas para essa consciência estar no mundo precisamos do corpo físico formado, o qual é constituído de outros elementos como cálcio e carbono. O fundamento do grupo, sendo este a Crença que o identifica, é formada por resíduos do fundamento da consciência individual de cada membro, isto é, da consciência e experiências subjetivas de cada um. Cada indivíduo possui suas próprias crenças e razões de existência, seu próprio fundamento, sua própria individualidade, e uma parte desse fundamento em comum com outros indivíduos, unidos, originam o grupo. A intenção dos indivíduos é o que possibilitará que essa Crença em comum resulte em um grupo, evidenciando porque deveríamos chamá-los de grupos intencionais.

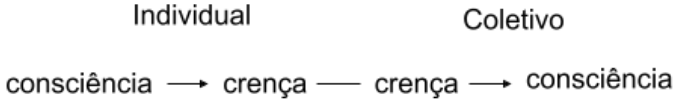
Comparando a relevância da Crença no âmbito individual e no surgimento do grupo, podemos pensar que individualmente, realizamos nossas ações porque acreditamos haver algum motivo para tal, e mesmo nossas ações mais cotidianas fazem parte da manutenção de nossa existência. Se o indivíduo não acredita que haja um motivo para a sua existência, direta ou indiretamente, pode conduzir-se ao fim de sua própria existência. O mesmo ocorre com os grupos, no âmbito coletivo: os membros do grupo possuem em comum uma Crença sobre a importância ou necessidade de uma determinada ação a ser desempenhada; se seus membros não acreditarem que haja um motivo para a existência do grupo, a consequência é a extinção do grupo.

Para Gilbert, “[...] uma crença coletiva de que p requer um compromisso conjunto de acreditar que p como um corpo” (Gilbert, 2013, p. 141, tradução nossa), mas para os sujeitos se comprometerem conjuntamente com relação à *p*, é necessário que já exista uma consciência coletiva e um fundamento em torno do qual irão se comprometer, uma vez

que a Crença e a intenção devem se originar antes individualmente em cada sujeito a partir de suas próprias experiências. Sendo assim, essa consideração revela-se já no sentido prático, sendo uma ferramenta para as demais ações e crenças secundárias, uma vez que o grupo já existe. Antes do comprometimento conjunto, o membro deve ter individualmente uma crença que se conecte ao fundamento do grupo, caso contrário não haveria algo que sustentasse e fundamentasse o comprometimento conjunto de Gilbert. A Crença deve necessariamente existir previamente em seus membros, pois se fosse reduzida a um comprometimento conjunto ou aceitação conjunta, sem a Crença, o grupo ainda não teria uma identidade e não poderia surgir, visto que, a nível individual, não temos como escolher ter a capacidade de formar crenças, apenas podemos agir de acordo as crenças que formamos ou buscar boas razões para fundamentá-las, e, para agir de acordo com a Crença básica do grupo, ele já deverá existir. O grupo nasce de uma parte que constitui cada indivíduo. Algo em comum que essas consciências individuais possuem e, ao unirem-se, desdobram-se em uma nova consciência. O coletivo potencializa, assim, o que há a nível individual: o que individualmente era apenas mais um traço, torna-se agora o fundamento do grupo.

O fundamento do grupo é uma Crença; uma crença na razão (motivo, necessidade) de sua existência e objetivo específico (o objetivo só existe e é relevante se alguém acredita que assim o seja). O grupo nasce a partir da própria Crença, mantendo seus membros unidos. Esse processo ocorre como o que chamarei de um *efeito espelho*, ilustrado abaixo:

Imagem 1 - Efeito espelho



Fonte: Elaborada pelo autor

Na imagem, observa-se o efeito espelho no trânsito da Crença entre o nível individual e o surgimento do grupo intencional.

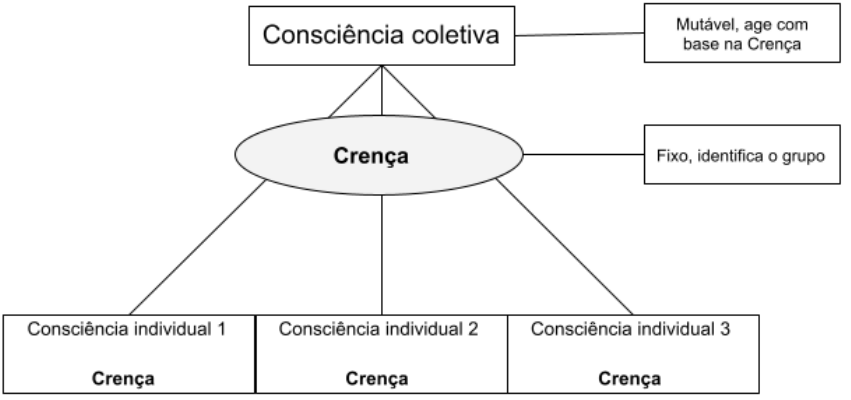
Individualmente, a consciência é prévia e possui a capacidade de gerar uma crença, enquanto no nível coletivo o processo é inverso: a crença que se originou no nível individual, é o que oferece a condição para a existência da consciência coletiva do grupo

A partir de cada consciência individual com uma crença formada, a identidade do grupo origina-se enquanto uma Crença básica fundamental, possibilitando a formação de uma consciência coletiva. Individualmente, embora nossa consciência seja prévia à crença na razão de nossa existência, esta também é essencial. Encontrarmos o nosso próprio *porquê* e realizá-lo é o que mantém-nos existindo, pois permite que tenhamos ações para preservar e prolongar a nossa vida. Já no nível coletivo, a Crença origina-se antes da consciência, pois é o momento de surgimento do grupo, como ilustrado na imagem 1. Assim, uma vez que o grupo surja, a justificação da Crença básica do grupo, de sua importância, irá ocorrer à medida de sua própria existência, enquanto esta se mostre relevante para que seus membros continuem realizando sua manutenção através de ações que promovam a Crença, que é o objetivo com o qual se importam.

Crença básica

Considerando a Crença básica como o fundamento e sustentação do grupo, sendo a condição para a consciência coletiva do grupo, a Crença deve existir previamente em cada consciência individual, como ilustra-se na imagem abaixo. Ainda antes de que o grupo possa ter uma estrutura a ser realizada, essa Crença é a parte fixa, a qual identifica o grupo e fundamenta as funções que esse grupo terá. A consciência coletiva, por sua vez, é a união das consciências individuais, onde cada uma dessas consciências individuais age com suas particularidades e oferece uma contribuição ao grupo baseando-se na Crença. Daí derivam-se outras crenças, mas que são contingentes e adequam-se conforme as necessidades práticas e os membros.

Imagem 2 - Crença



Fonte: Elaborada pelo autor

Na Imagem 2 ilustra-se a existência da Crença em diferentes consciências individuais, que ao se unirem, culminará na Crença básica do grupo, e em seguida, na consciência coletiva do grupo. A Crença, portanto, é fixa, pois é o que fundamenta e identifica o grupo, enquanto a consciência coletiva que se baseia na Crença pode variar de acordo com os membros do grupo. Sendo assim, a Crença básica do grupo deve ser fixa, mas os mecanismos e as formas pelas quais o grupo irá agir de acordo com essa Crença básica, possuem caráter mutável e podem variar junto com seus membros, uma vez que estes possuem suas particularidades e são diferentes entre si. Tendo a Crença como a parte fixa e a consciência coletiva, o grupo desenvolverá agora seu próprio ethos, que também pode ter graus de variação de acordo com a organização dos membros. Cada membro pode, ainda, ter uma razão ou objetivo particular para ter a Crença e agir com base nisso. A consciência coletiva, a qual é fundamentada pela Crença básica, conecta-se às consciências individuais, interagindo com as crenças individuais. O ethos de Tuomela (2007) apresenta aqui sua importância, pois torna-se mediador dessa conexão.

Por exemplo, se pensarmos em um grupo de estudos, podemos considerar que seus membros, por algum interesse em comum, decidiram

se reunir para debater e aprofundar-se em um determinado tópico. Além do interesse e curiosidade sobre o tema, deve haver essencialmente a Crença básica de que o tema é suficientemente relevante para que possa demandar esforço e disponibilidade de seus membros em mantê-lo. Dessa maneira, poderíamos definir o grupo *G* como sendo a Crença de que o tema *x* é suficientemente relevante e, por isso, deve ser estudado. Os métodos de estudo, cronograma e opiniões acerca do tema dependerão de seus membros conjuntamente e como entrarão em consenso para fazer o grupo funcionar de uma determinada maneira ou de outra, mas mantendo em vista o propósito norteado pela Crença básica: estudar *x* porque acredita-se que *x* é suficientemente relevante. Fundamentalmente, acreditam que há uma razão para isso e agem conjuntamente de acordo com essa razão. Enquanto as ações do grupo o beneficiem, justificando sua existência, seus membros manterão a Crença básica e continuarão agindo para a manutenção do grupo.

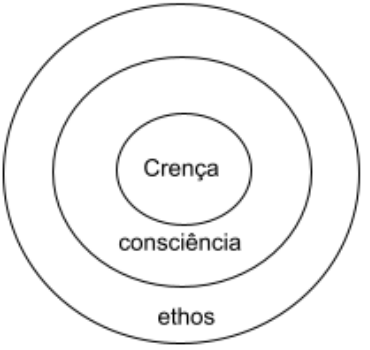
Gilbert (2013) define como "condição distributiva" todos ou a maioria dos membros do grupo acreditarem que *p*, defendendo que tal condição não é necessária nem suficiente para a constituição dos grupos. Defendo, porém, que para a origem do grupo essa condição seja necessária, pois os membros devem compartilhar previamente a mesma Crença básica que, junto com a intenção de cada um, irá culminar no grupo.

Ritchie pontua a importância da intenção dos indivíduos para formar um grupo (Ritchie, 2013, p. 4), contudo ela não nos diz sobre a *crença* atrelada à essa intenção. Quando alguém pretende algo, pretende algo por alguma razão. Quando se pretende formar um grupo com a intenção de realizar uma atividade, seus membros, em algum nível, devem acreditar que essa formação é importante e/ou é necessária por alguma razão. Dessa forma, toda função de um grupo pressupõe uma Crença básica; toda função social pressupõe uma crença de que tal função é necessária ou trará algum benefício, embora cada indivíduo possa ter razões distintas para adotarem a Crença.

Embora, individualmente possamos pensar no desejo e intenção dos indivíduos para realizar determinadas ações, é necessário, para a formação de um grupo intencional, que haja uma Crença básica que fundamente as ações do grupo. Caso contrário, tornar-se-ia apenas um conjunto de ações irrefletidas (imediatas, sem reflexão), o que dificultaria manter alguma coerência na organização e realização de atividades. Os indivíduos precisam, assim, acreditar que haja um motivo coerente para o grupo; um sentido para o desejo e para a intenção. Caso contrário o grupo não seria capaz de surgir ou persistir, pois sua origem e persistência depende de que alguém acredite nessa necessidade para então encontrar meios de atingi-la. Por exemplo, individualmente, perguntamo-nos: "*Por que* eu existo?" O sentido de nossa vida somos nós mesmos que construímos à medida de nossa própria existência; construímo-lo e acreditamos nele. Com base nisso, fazemos nossas escolhas e atividades, reforçando assim o sentido, o fundamento de nossa própria existência à medida que somos guiados por ele. A resposta do "*por que existo?"* é individual e singular a cada um, tanto como a própria consciência; só podemos encontrar tal resposta se acreditarmos nela. O sentido de nossa própria vida só pode existir se acreditarmos nele, dado a sua singularidade (não há um sentido universal, pois cada pessoa tem suas próprias experiências, percepções, motivos e objetivos de vida). Uma vez que temos a resposta, será através de nossas ações, crenças e valores que agiremos de acordo com esse sentido, que junto à consciência, constituirá nossa identidade pessoal, sustentando também a nossa própria existência. Dessa forma, a função da resposta à questão "*por que eu existo?"* cumpre o mesmo papel na consciência coletiva, havendo a necessidade da pergunta: "*por que o grupo existe?*".

No âmbito dos grupos, para Tuomela, "o ethos direciona os pensamentos e ações dos membros do grupo para o que é importante para o grupo e geralmente se espera que o 'beneficie'" (Tuomela, 2007, p. 16, tradução nossa). O ethos, assim, podemos dizer que reforça o núcleo do grupo ao mesmo tempo em que é definido por este. Abaixo, ilustro como se organiza essa relação:

Imagem 3 - Núcleo do Grupo



Fonte: Elaborada pelo autor

Na Imagem 3, podemos ver no círculo central, a Crença que atua como o núcleo do grupo, sendo o seu fundamento. Em seguida, ao seu redor, a consciência do grupo que se baseia e depende da Crença, e então, o ethos, que se forma e depende da consciência, a qual depende e age de acordo com a Crença. Sem a Crença em um motivo, os membros do grupo não seriam capazes de guiar as intenções ou de demandar esforços para manter o grupo em atividade. O ethos do grupo não poderia existir, pois não teria uma base que o sustentasse e originasse. A Crença permite, assim, fundamentar o grupo, e que seus membros racionalmente pensem sobre a intenção de originar o grupo (uma vez que a Crença já deve existir previamente em cada indivíduo), formas de realizá-la conjuntamente e os possíveis resultados. Por exemplo, embora um grupo de estudos tenha uma estrutura e objetivos distintos de um grupo de futebol, ambos existem porque seus membros acreditam haver algum motivo para a sua existência e para as suas ações. A partir da Crença básica, surge a consciência coletiva do grupo e esta, por sua vez, define o seu ethos. O ethos torna-se importante também para manter a relação cooperativa entre os membros do grupo. Como Tuomela aponta, há uma solidariedade entre os membros no sentido de cooperarem uns com os outros em outros assuntos do grupo a fim de promover o ethos, além do sentido também estrutural do grupo,

onde cada atividade realizada pelos membros se relaciona (Tuomela, 2007, p. 16).

Assim, cada membro possui um motivo e um impulso particular para acreditar que há alguma coerência nessa formação e nesse objetivo, mas, juntos, a partir de cada consciência individual, pensam e agem como uma consciência coletiva, isto é, como um grupo. Cada consciência individual, com uma crença em comum com outras consciências individuais, unidas à intenção particular de cada indivíduo, culmina no grupo que possui como identidade a Crença, a qual fundamenta a própria consciência do grupo. Com base nisso, o grupo poderá desenvolver um ethos e formar uma estrutura, bem como determinar as funções e atividades que realizem a manutenção da Crença básica.

Existência e persistência dos grupos

Voltando à proposta de Ritchie sobre os grupos serem uma estrutura realizada, uma nova objeção diz respeito à compreensão que poderíamos ter da persistência dos grupos. Se considerarmos apenas a estrutura do grupo e sua realização sem olhar para a persistência desse grupo no tempo, a tendência é prender-se em um *loop* infinito de realização presente; o grupo seria existente apenas no momento em que suas funções estão sendo realizadas. Isso pode ser problemático porque, embora a Crença básica, que é o fundamento do grupo e norteadora das ações, possa ser fixa e imutável, sua consciência não o é, visto que depende dos membros que constituem o grupo naquele momento, podendo sofrer alterações. As funções e a estrutura que um grupo terá para realizar, só podem ser definidas uma vez que o grupo já exista enquanto uma Crença básica que será o norte para todas as demais ações e crenças secundárias. Por exemplo, se o grupo de estudos citado anteriormente, possui a Crença de que o tema *x* deve ser estudado, cada membro pode ter uma razão individual para acreditar que esse tema é relevante; em diferentes tempos, os membros podem utilizar-se de diferentes métodos de estudo ou organizar-se em diferentes posições (pode ter um líder, ou cada um pode responsabilizar-se por uma atividade específica da organização) da maneira como julguem mais produtivo e adequado a cada momento; os membros como

uma consciência coletiva do grupo, podem ter valores e crenças secundárias que os auxiliem a conduzirem as atividades e a manterem uma relação harmônica entre si, permitindo o funcionamento do grupo; em diferentes tempos, os membros do grupo podem variar, aumentando, diminuindo ou alterando sua formação. Porém, diante de todas essas contingências, um elemento permanece fixo e imutável: A Crença básica na importância de estudar X, a qual norteia toda a estrutura, formação e atividades do grupo.

Embora a Crença básica também dependa dos membros, esta dependência se dá principalmente em sua origem e continuidade (há alguém que acredita em algo), mas seu conteúdo não é variável como a consciência. A consciência pode se estruturar de uma determinada maneira ou de outra, desde que sustentada pelo núcleo do grupo, que é sua Crença básica. Por isso, a Crença precisa de uma forma de persistir no tempo, visto que, individualmente, não podemos evitar o nosso próprio fim. Por isso, manter o grupo em uma dependência da constante realização presente de seus membros é um risco para o próprio grupo de extinguir-se mais facilmente.

Assim, tendo em vista a variabilidade de seus membros, métodos e ferramentas, é pertinente pensar também em como os grupos podem sobreviver ao tempo e às mudanças, já que os próprios indivíduos que o originam e compõem são temporários. Para tratar da persistência de grupos sociais intencionais no tempo poderíamos, portanto, partir inicialmente da proposta de Ritchie de que os grupos sejam estruturas realizadas, mas deveríamos incorporar a ela sua mutabilidade e adaptação das funções da estrutura ao longo do tempo, assim como a transitoriedade de seus membros, os quais são passageiros e ao mesmo tempo partes fundamentais destes grupos, uma vez que são seus criadores e necessários também para sua manutenção. Caso contrário, poderíamos acabar caindo em uma visão endurantista que, como bem comentada por Faller, é uma visão que defende que os objetos existem completamente em cada momento presente, geralmente associada também ao presentismo sobre o tempo, que defende que apenas o presente existe; assim, os objetos permaneceriam numericamente idênticos a si mesmos ao longo do tempo (Faller, 2021, p. 4). No entanto, para tratarmos da persistência dos grupos no tempo, embora seja importante a noção de identidade, devemos ter em mente as relações entre passado, presente e futuro, pois é a partir dessas dimensões que se pode de fato analisar quais os critérios para a persistência. Como aponta a teoria dos estágios, o objeto não existe

inteiramente em cada momento presente, mas sim suas diferentes partes, sendo o que permite sua persistência no tempo. Defendo que o que permanece em cada parte de cada tempo diferente, permitindo que o grupo seja identificado, é a Crença básica.

Dessa forma, para que os grupos persistam no tempo, é necessário que tenham também partes temporais, como sustenta Faller (2021), que argumenta sobre a teoria dos estágios (*stage theory*) explicar mais adequadamente a persistência dos grupos no tempo. Nessa visão, "As objetos estão localizados em um único momento e persistem por terem contrapartes temporais em outros momentos" (Faller, 2021, p. 6, tradução nossa). De acordo com a teoria dos estágios, podemos dizer que os objetos estão completos em cada momento da sua existência, porém, esses objetos são estágios momentâneos ligados a outros objetos de outros tempos via relação de contraparte temporal (análoga à relação de contraparte modal de Lewis [1986]) (Ponti, 2020, p. 323) .

Tal como ocorre em todas as variantes do tetradimensionalismo, assim como objetos de forma geral possuem uma extensão no espaço, aqui, os grupos sociais intencionais (bem como outros organismos vivos, entidades mais usuais de aplicação da teoria) possuem também uma extensão no tempo[7]. Dessa forma, Faller defende os grupos sociais como estágios momentâneos com contrapartes temporais, o que permitiria a persistência desses grupos no tempo (Faller, 2021, p. 14). Por exemplo, se o grupo G é fundado e existe no ano 2000, com uma formação e uma estrutura específica, e em 2005 um novo membro incorpora-se à G, podemos dizer que o indivíduo faz parte agora de uma contraparte temporal de G, uma formação e uma estrutura que está sendo realizada naquele momento, mas não é o mesmo estágio de G de 2000, visto que são tempos diferentes. Acrescento a isso que o que permite identificar G através dos diferentes tempos é a permanência da Crença básica, a qual permite que outras mudanças ocorram desde que sejam fundamentadas por

[7] Tiago Ponti (2020) esclarece que "O debate acerca da persistência é travado entre duas posições filosóficas: o perdurantismo e o endurantismo. De acordo com o perdurantismo, os objetos ordinários são agregados tetradimensionais de partes temporais. Já o endurantismo defende que os objetos não possuem partes temporais e estão completamente presentes em cada instante de sua existência. Além disso, é comum dizer que os objetos do endurantismo estão multilocalizados no tempo, enquanto que os do perdurantismo ocupam, estaticamente, uma região tetradimensional do espaçotempo" (Ponti, 2020, p. 310).

ela. Na próxima seção, explicarei de forma mais detalhada como a Crença se fundamenta enquanto identidade do grupo.

Para Faller, a teoria dos estágios[8] é preferível à teoria das minhocas (*worm theory*) porque, como ele coloca, a teoria das minhocas considera os objetos como sendo literalmente estendidos no espaço-tempo (por isso "minhocas" do espaço-tempo) e só existiriam na medida em que possuam uma parte em determinada época (Faller, 2021, p. 5). Enquanto na teoria das minhocas os grupos existem inteiramente ao longo do tempo, formando uma minhoca espaço-temporal, na teoria dos estágios, os grupos existem em um momento específico e o que existe em diferentes épocas são suas partes, que permitem assim a explicação da persistência do grupo no tempo. Faller argumenta que o maior problema enfrentado pelos teóricos da minhoca, na questão dos grupos sociais, é o caso da fissão e fusão de grupos ao longo do tempo, isto é, no caso de um grupo dividir-se em duas formações distintas ou de duas formações unirem-se, uma vez que para ele precisamos considerar que os grupos podem persistir à mudança, se dividir ou combinar (Faller, 2021, p. 3). Por exemplo, o grupo de estudos G dedicado a estudar metafísica, pode, a princípio, manter-se como um único grupo para estudar de forma geral este tópico, ou pode dividir-se em subgrupos, onde A mantém o foco na metafísica contemporânea e B concentra-se mais diretamente nos antigos filósofos gregos. Ambos os focos se complementam, mas, mais que isso, possuem fundamentalmente a Crença básica de que a metafísica é importante e deve ser estudada. Dessa forma, embora haja uma fissão dos grupos em subgrupos, ambos ainda são partes do grupo G, pois possuem a mesma Crença básica e, enquanto ao menos um dos dois grupos persistam no tempo, podemos dizer que G persiste, mesmo que haja alguma mudança nas estruturas e formações. A e B podem, ainda, se unirem novamente unicamente como G.

Como Faller observa, inicialmente, a partir da própria teoria das minhocas poderíamos pensar na estrutura de Ritchie como sendo realizada através de um conjunto de pessoas (Faller, 2021, p. 11). Mas ainda não explicaria adequadamente a relação dessa realização ao longo do tempo, isto é,

[8] A teoria dos estágios, como pontua o autor, é análoga à teoria da contraparte modal, que "Diz que 'eu poderia ter sido um advogado' é verdade apenas no caso de eu ter uma contraparte em outro mundo possível que seja um advogado" (Faller, 2021, p. 6, tradução nossa). (Para uma melhor compreensão sobre a teoria dos estágios, ver Sider [1996] e Ponti [2020]).

a persistência dos grupos ao longo do tempo, tampouco acomodaria a mutabilidade da estrutura. Assim, em uma aproximação com a teoria dos estágios, essa estrutura pode ser alterada, seja com novas posições acrescentadas, subtraídas, dividindo-se em subgrupos ou unindo-se a alguma outra estrutura, formando uma maior, sem que a identidade do grupo se perca. Essas formações passadas seguirão sendo consideradas como partes temporais do grupo, mantendo, assim, sua extensão temporal necessária e explicando sua persistência.

Dessa forma, aplicando a teoria dos estágios ao exemplo do grupo G: se contássemos cada estágio de G existente no passado, estaríamos contando suas minhocas espaço-temporais, uma vez que esses estágios fazem parte do passado e já constituem parte da existência de G. Contudo, o grupo G só pode persistir por seus estágios momentâneos que continuam se realizando em cada tempo diferente, com a possibilidade de diferentes estruturas que se unem ou se dividem. Considerando essas fusões tetradimensionais, poderíamos englobar as mudanças de estrutura na proposta de Ritchie, visto que é o ponto que sua teoria, assim como a teoria das minhocas, não alcança por não considerar a mutabilidade da estrutura de um grupo.

Para Faller, a teoria dos estágios considera de forma mais adequada a extensão temporal dos grupos, pois essas diferentes combinações das formações (ou de estruturas) ao longo do tempo não irão modificar a identidade do grupo, mas seguirão sendo partes temporais deste, enquanto para os teóricos da minhoca as fissões e fusões gerariam novos grupos numericamente diferentes. Considera-se, portanto, os estágios; a fusão entre as diferentes formações do grupo ao longo do tempo. Essas fusões em si não são grupos distintos, mas sim os determinados estágios, os quais são partes de um único e mesmo grupo e possuem uma relação entre si, e isso não altera a identidade ou o fundamento do grupo. Cada formação do grupo em cada tempo diferente é uma parte sua, ainda que as formações sejam compostas por diferentes membros e mesmo com possíveis diferentes estruturas. Segundo Faller (2021, p. 5) essas partes temporais podem ter sua continuidade por uma relação de primeira pessoa do singular (*I-relation*), que no caso da identidade pessoal pode ser uma continuidade psicológica, mas, para o autor, essa "relação de primeira pessoa do singular" nos grupos intencionais podem

variar. Assim, aplicarei a teoria de continuidade psicológica[9] para os grupos intencionais, defendendo uma simetria entre o critério de continuidade psicológica para a identidade pessoal e a identidade de grupo. Aplicando essa visão aos grupos, uma vez que a Crença básica origina-se antes da consciência propriamente, a Crença é a que se torna seu critério de identidade.

Identidade e persistência

Para que o grupo possa persistir no tempo, é necessária uma estabilidade de sua identidade, isto é, de sua Crença, a qual torna-se a identidade do grupo. Segundo Conee e Sider, apresentando a posição da continuidade psicológica que adotarei para a questão da identidade pessoal, "você é numericamente a mesma pessoa que era quando era bebê, embora seja qualitativamente muito diferente" (Conee & Sider, 2005, p. 8, tradução minha). A nível individual, nós somos a nossa consciência, possuindo a capacidade de desenvolver crenças (mesmo a crença sobre o próprio sentido de nossa existência); a mulher que sou hoje é numericamente a mesma criança que fui, porque sou a mesma consciência. Assim, de forma similar à posição de continuidade psicológica para a identidade pessoal, acredito que em um grupo, a identidade numérica mantém-se contida em seu núcleo, que é a Crença, pois é o que fundamenta sua própria consciência. As demais, características podem variar sem que o grupo perca sua identidade, desde que essa Crença mantenha-se fixa. Considero aqui a noção de consciência a partir da colocação de Maslin (2009):

> [...] os tipos de estado ou de acontecimentos que compõem uma mente - pensamentos, crenças,

[9] As teorias clássicas de continuidade psicológica defendem que a identidade numérica de uma pessoa é constituída pela continuidade de elementos da memória entre a pessoa do futuro e a pessoa do passado (Conee; Sider, 2005, p. 15), penso, porém, que não são os elementos da memória em si que contém a identidade numérica, mas a própria singularidade da consciência.

> emoções, sensações, intenções, desejos, percepções, propósitos que auxiliam abarcá-la (Maslin, 2009, p. 12).

Nesse caso, independente de qual ou como seja qualquer base material que o grupo possa possuir, sua identidade e persistência depende do conteúdo mental que o fundamenta, isto é, da consciência, da Crença que o origina (Para uma maior compreensão sobre continuidade física e psicológica, ver Maslin, 2009).

Como esclarece Maslin (2009) sobre a teoria da continuidade psicológica, é necessário que haja uma suficiente continuidade entre as experiências e os aspectos psicológicos, constituindo a manutenção da identidade, que nesse caso, considero que é a Crença básica do grupo. Se considerarmos um grupo como sendo uma Crença básica, que é fixa, e uma consciência coletiva, a qual varia de acordo com seus membros (que são transitórios e podem organizar-se em diversas formas), temos o grupo como uma identidade fixa, mas com várias partes temporais que podem se dispor de várias maneiras, sendo necessárias para que ele persista ao longo do tempo.

As funções de cada membro relacionam-se entre si, atuando como uma espécie de engrenagem que permite o movimento do grupo de forma organizada ao longo do tempo, possibilitando sua persistência. Portanto, podemos perceber que as estruturas dos grupos, tal como propõe Ritchie, são importantes, porém não são estáticas e imutáveis, mas podem ser alteradas de acordo com as necessidades de cada época ou de seus membros. Assim, em um diálogo com a teoria dos estágios, poderíamos considerar a estrutura de Ritchie como uma ferramenta para a persistência do grupo ao longo do tempo, mas não necessariamente como condição para a sua existência.

A cada diferente estágio do grupo, além da alteração dos próprios membros, também é possível a alteração da estrutura do grupo, com a possibilidade de alteração na formação, funções e atividades, desde que sejam guiadas pela Crença básica, que é o critério que evidencia sua identidade ao longo desses processos de mudança, isto é, dos diferentes estágios. Além disso, os próprios indivíduos que irão ocupar cada posição,

também serão diferentes, e para a realização da função do grupo, cada um pode utilizar-se de diferentes métodos. Embora a estrutura e os próprios membros possam variar, é importante que essas mudanças se baseiem na Crença para que haja nelas alguma coerência. Caso contrário, o grupo sofreria conflitos internos, podendo resultar na sua extinção.

Poderíamos, dessa forma, classificar os indivíduos que ocupam os nós dessa estrutura como partes das contrapartes temporais de um grupo, pois são eles quem criam, compõem e realizam a estrutura e as formações em cada um dos momentos de existência do grupo; são quem fundamentam a consciência do grupo. Os membros do grupo estão localizados em diferentes tempos, formando uma espécie de corrente que permite o grupo se realizar ao longo do tempo (os estágios, como Faller descreve). Dessa maneira, os sujeitos, por serem temporais e passageiros, precisam de uma maneira de criar alguma extensão que sobreviva ao tempo, de forma a atingir algum objetivo ou função coletiva, sendo a forma mais eficaz para isso a organização em grupos, visto que permite um maior alcance de suas atividades.

Embora, cada sujeito individual tenha uma existência breve, as relações sociais, e, neste caso mais específico, as relações sociais entre os membros de um grupo intencional, permitem que se forme uma ponte entre esses indivíduos, conectando-os através do tempo, permitindo a continuidade da Crença que é originada em cada membro e gerando as diferentes formações de um mesmo grupo ao longo do tempo, tal como apresentado na teoria dos estágios.

Considerações Finais

Argumentei que os grupos intencionais são uma consciência coletiva que possui como critério de identidade uma Crença na necessidade de uma determinada atividade, que, coletivamente, poderá gerar novas ações e novas crenças, sendo estas secundárias e contingentes. Essa é a Crença básica que origina, sustenta e identifica o grupo.

Para a questão da persistência no tempo dos grupos intencionais, aplico a teoria da continuidade psicológica para a identidade, argumentando que a identidade do grupo é a Crença básica que o sustenta e origina, necessitando da continuidade dessa Crença para que o grupo possa, assim, persistir no tempo. A continuidade da Crença ocorre a partir das consciências individuais de cada membro, unidos. O grupo pode, portanto, ter diferentes estruturas, posições, membros ou atividades, desde que essa Crença se mantenha fixa e contínua.

A partir da proposta de Ritchie, podemos ter um elemento inicial para tratar da persistência de grupos sociais intencionais ao longo do tempo (e não para a sua existência em si). Porém, para isso, faz-se necessário integrarmos a possibilidade de mudança na estrutura proposta pela autora (pois ela não considera a mutabilidade da estrutura), e, ainda, pensar como os grupos surgem para, em seguida, pensar como a partir desse grupo existente pode, então, surgir uma estrutura. Conectando, assim, à proposta de Faller sobre a persistência dos grupos a partir da teoria dos estágios, acredito complementar a proposta de Ritchie, acrescentando a ela a possibilidade de mudança na estrutura para a persistência dos grupos intencionais.

Referências

BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*. London: Routledge, 1995.

CONEE, Earl; SIDER, Theodore. *Riddles of Existence*: A Guided Tour of Metaphysics. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CRANE, Tim. Intentionality as the Mark of the Mental. *In*: O'HEAR, Anthony (Ed.). *Contemporary Issues in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FALLER, August. How groups persist. *Synthese*, v. 198, p. 7.149-7.163, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s11229-019-02514-0.

GILBERT, Margaret. *Joint Commitment*: How We Make the Social World. Oxford: Oxford University Press, 2013. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199970148.001.0001.

HELM, Bennett W. Emotional Reason: How to Deliberate about Value. *American Philosophical Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2000.

HELM, Bennett W. Plural Agents. *Noûs*, v. 42, n. 1, p. 17-49, 2008. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1468-0068.2007.00672.x.

JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk. Introduction. *In*: JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk (Eds.). *The Routledge Handbook of Collective Intentionality*. Abingdon: Routledge. 2017. p. 1-6. DOI: https://doi.org/10.4324/9781315768571-1.

LECLERC, André. Intencionalidade. *In*: SANTOS, Ricardo; YATES, David (Ee.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015. p. 1-23.

LEWIS, David. *On the Plurality of World*s. Oxford: Blackwell, 1986.

LIST, Christian; PETTIT, Philip. *Group agency*: the possibility, design, and status of corporate agents. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MASLIN, K. T. *Introdução à Filosofia da Mente*. Trad. Fernando José R. da Rocha. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2009.

PONTI, Tiago de Carvalho. O Problema da Persistência. *In*: IMAGUIRE, Guido; CID, Rodrigo (Orgs.). *Problemas de Metafísica Analítica*. Pelotas: Editora UFPel, 2020. p. 310-346.

RITCHIE, Katherine. What are groups? *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 166, n. 2, p. 257-272, 2013. DOI: https://doi.org/10.1007/s11098-012-0030-5.

SCHMID, Hans Bernhard. Collective Emotions, *In*: JANKOVIC, Marija; LUDWIG, Kirk (Eds.). *The Routledge Handbook of Collective Intentionality*. Abingdon: Routledge, 2017. p. 152-161. DOI: https://doi.org/10.4324/9781315768571-15.

SIDER, Theodore; All the World's a Stage. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 74, n. 3, p. 433-453, 1996. DOI: https://doi.org/10.1080/00048409612347421.

TUOMELA, Raimo. *The Philosophy of Sociality*: The Shared Point of View. Oxford: Oxford University Press, 2007. DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195313390.001.0001.

Data de registro: 19/07/2023

Data de aceite: 26/04/2024